



ESTADO DO CEARÁ  
**CÂMARA MUNICIPAL DE POTIRETAMA**  
PAÇO: VEREADOR – JOÃO NOGUEIRA DE HOLANDA



**Parecer Jurídico**

Da: Assessoria Jurídica da Câmara.

À: Comissão de Licitação/CÂMARA MUNICIPAL DE POTIRETAMA

Veio a esta Assessoria Jurídica, para análise, o Processo Administrativo Nº 05/2021-DL-CMP, cujo objeto é: SERVIÇOS DE LICENÇA DE USO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS (SOFTWARES) DE CONTABILIDADE, LICITAÇÃO E DE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA EM ATENDIMENTO À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO, JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE POTIRETAMA-CE.

A propósito do assunto, temos a informar que a **Lei nº 8.666/93, mais precisamente em seu artigo 26, e do inciso II, do art. 24**, prevê o caso de contratação direta, mediante dispensa de licitação, obviamente, quando se tratar de situação, cuja demanda tenha que ser atendida de forma incontinenti, ante a primazia do interesse público:

A dispensa de licitação com fulcro no artigo 26, e do inciso II, do art. 24 e art. 55I, da Lei nº 8.666/93, justifica-se ante o exposto, pela obediência, em especial, ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

Sobre as condições de aplicação da norma legal que ampara referido procedimento, o respeitado Marçal Justen Filho, ensina:


***“O dispositivo enfocado refere-se aos casos onde o decurso de tempo necessário ao procedimento licitatório normal impediria a adoção de medidas indispensáveis para evitar danos irreparáveis. Quando fosse concluída a licitação, o dano já estaria concretizado. A dispensa de licitação e a contratação imediata representam uma modalidade de atividade acautelatória do interesse público.”*** (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 5ª ed., p. 215).(Grifo nosso).

No caso em pauta, o valor *estimado* a ser contratado é **R\$ 14.366,00 (Catorze mil trezentos e sessenta e seis reais)**, de acordo com as propostas apresentadas, parte integrante desse Processo. A menor proposta apresentada foi de **R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais)**. Valor este, que se enquadra no art. 24, inciso II, da Lei nº 8666/93 e está de acordo com o novo limite estabelecido pelo **DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018**.

Desse modo somos da opinião que vossa senhoria utilize a faculdade que a lei lhe oferece, na forma que acima citamos, para o pronto atendimento das necessidades demandadas.

Potiretama-Ce, 10 de março de 2021.

S.M.J

  
RENATO CRUZ MENDONÇA  
OAB/CE nº 20.125

**Assessoria Jurídica da Câmara Municipal**